Mulheres em alta

» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Apoiei a luta das mulheres pela ascensão social e participação nas altas decisões nacionais, como o fiz com as reivindicações de outras minorias. Assim poderiam tomar parte na História contemporânea do país.

O movimento feminista vem lutando para que as mulheres tenham os mesmos direitos dos homens: votar, trabalhar e até ter acesso à educação. As restrições a esses direitos marcaram sempre um tratamento de inferioridade ao gênero.

Ao longo de sua luta, desde a antiguidade, passando pelo Iluminismo, as mulheres tiveram muitas e heroicas lutadoras, como Olympe de Gouges (Marie Gouze), que, durante a Revolução Francesa, levantou a bandeira da igualdade feminina e, em razão disso, foi guilhotinada. Ela escreveu uma Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne), em que mostrava a diferença brutal entre os direitos, os ideais de liberdade e a exclusão feminina. Naqueles anos e nos que se seguiram, durante os séculos 19 e 20, as mulheres mantiveram sua luta e conseguiram algum sucesso. Hoje a luta se concentra no direito a salários iguais.

Fui pioneiro na luta pelos avanços dos direitos das minorias desde que assumi a Presidência da República, criando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para o qual chamei a grande Ruth Escobar. Ao mesmo tempo, eu me preocupava com a proteção dos deficientes e a igualdade racial. O que eu visava principalmente era a ascensão social dessas minorias, uma vez que o que mais nos chocava, e era evidente, era a ausência de mulheres e de representantes desses grupos no comando e nas decisões nacionais, como deve ser na vida pública em uma democracia, que deve contar com a participação das mulheres, de negros e indígenas, assim como de seus descendentes.

Em pronunciamento em 2001, no plenário do Senado Federal, eu já pedia a urgência da Casa para esse assunto sempre mais do que urgente: o direito de minorias. Buscando alcançar esse objetivo, eu tinha apresentado, em 1999, projeto de lei estabelecendo as cotas raciais.

O problema da desigualdade sempre me preocupara. Assim, quando presidente da República, consegui aprovação da Lei 7.853/89, que se tornou referência internacional no apoio às pessoas portadoras de deficiência, e criei a Fundação Palmares, dedicada à ascensão social da raça negra. O que eu desejava era alcançar o que a ideia das cotas alcançara nos EUA, onde negros, deficientes e, sobretudo, mulheres já ocupavam os cargos de comando antes só ocupados por homens.

Hoje, no Brasil, segundo dados disponíveis até 2024, 38% dos cargos de alta liderança do Executivo Federal, incluindo secretarias executivas, presidências de autarquias e fundações, estão ocupados por mulheres. São ainda ocupados por mulheres os cargos de ministra do Planejamento, da Igualdade Racial, da Gestão e Inovação, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e também do Ministério das Mulheres. E a presidência do Banco do Brasil, um dos maiores do país, hoje é ocupada por uma mulher.

No Congresso Nacional, na Câmara, em 2024, 18% dos deputados eram mulheres e, no Senado, 15% — números certamente muito baixos, mas acredito que afirmativos da conquista das lutas femininas pela participação na política e na administração pública.

Como senador, presenciei a revolução no Senado com a eleição da primeira senadora da República, Eunice Michiles, em 1979, mulher que teve um grande desempenho nos trabalhos da Casa.

Não posso esquecer o quanto representou também na luta das mulheres a presença de minha filha, Roseana Sarney, a primeira mulher eleita para ocupar a chefia de um Executivo estadual, no Maranhão, que ela ocupou durante quatro mandatos, intercalados, exercendo uma liderança popular e política muito forte até hoje.

Não podemos deixar de citar o marco histórico na luta das mulheres com Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar a Presidência da República, com um governo em que ela tomou grandes decisões e serviu de inspiração para que outras mulheres tenham a ambição de comandar o país.

Assim, creio que o movimento feminista no Brasil — a luta das brasileiras por seus direitos — pode se considerar exitoso, pois as mulheres participam das decisões nacionais e comandam grandes empresas no setor público e no setor privado.

Quero assim dizer que me orgulho de minha participação na luta em favor da ascensão social das minorias raciais, de pessoas com deficiência, bem como da forte presença das mulheres na vida nacional, onde elas estão se afirmando cada vez mais pelo seu talento, pela sua grande capacidade de luta, sua inteligência e cultura.

Maurenilson Freire

Aos trancos e barrancos

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

Semana passada a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o novo Código Eleitoral, consolidando sete legislações sobre o tema. Ele ainda terá que ser submetido ao plenário e, posteriormente, reenviado para a Câmara dos Deputados, sendo que, para valer nas eleições de 2026, precisará ser promulgado até o próximo dia 3 de outubro.

Infelizmente, uma das mudanças mais relevantes foi deixada de lado: a adoção do sistema distrital, puro ou misto, com as candidaturas sendo apresentadas à população em listas partidárias. Dessa forma, continuamos com a anomalia representada pelo sistema proporcional em que a maioria dos votos acaba sendo para quem não se elege, além de dificultar sobremaneira o controle social de cada mandato pelo eleitorado.

Apesar disso, tivemos um avanço importante com a definição da reserva de 20% das vagas das câmaras legislativas municipais, estaduais e federal para candidaturas femininas. Cabe ressaltar que, mesmo tendo caminhado bastante desde 1995, o máximo de cadeiras conquistadas por mulheres na Câmara dos Deputados em 2022 foi 91 (17,7%), distante dos 30% percentual considerado como o mínimo necessário e praticado em diversos países. Mais longe ainda estamos dos 50% de paridade, política que vem sendo adotada com sucesso desde 2019 na Argentina.

Se olharmos as eleições em 2024, a participação feminina cresceu apenas 2% nas câmaras municipais comparando com os resultados das eleições de 2020, indo de 16% para 18% no total de vereadores eleitos no Brasil. Mais de 700 municípios não elegeram nenhuma vereadora. O número de prefeitas eleitas ano passado também obteve crescimento mínimo, de apenas 1%, se comparado ao resultado da eleição anterior de 2020, passando de 12% para 13% do número total de eleitos no país.

Por isso, a aprovação dessa alteração é mais um passo na construção de um cenário futuro em que a representatividade feminina existente na sociedade passe a se refletir na representação parlamentar.

Outro tema objeto de muito debate foi a proposta de ampliação dos prazos de quarentena de agentes da lei que pretendam se candidatar. O acordo possível prevê um ano antes das eleições para desincompatibilização de magistrados, membros do Ministério Público, policiais federais, rodoviários federais, policiais civis, guardas municipais, militares e policiais militares para que possam concorrer a cargo eletivo. E na relação foram incluídas as polícias penais federais, estaduais e distrital.

Essa questão ganhou relevância nos últimos anos em razão do crescente número de agentes de segurança que têm se candidatado sempre registrando a patente como nome na urna. Isso não é um problema, mas o não afastamento das funções acabava por gerar uma vantagem competitiva para o segmento, tornando a disputa desigual. Portanto, essa medida é bem-vinda.

Já a alteração que tem provocado maior discussão na mídia e nas redes sociais foi a aprovação do chamado "voto impresso", resultado de emenda do senador Esperidião Amin. Todos nós sabemos que a defesa dessa tese serviu de base para um injustificado e sistemático ataque à credibilidade do processo eleitoral por parte do ex-presidente e seus seguidores. Foi, inclusive, uma das razões alegadas para as tentativas golpistas que, felizmente, foram impedidas, sendo que agora seus principais artífices estão sendo julgados e, pela quantidade de provas, deverão ser condenados.

Porém, ao analisar o teor da referida emenda, procurei despir-me de qualquer preconceito e pude verificar que não devemos confundi-la com a narrativa golpista. Na verdade, pareceu-me muito mais uma maneira de ampliar a segurança do sistema ao criar uma forma que permitiria ao eleitor conferir seu voto antes de ser definitivamente gravado na urna eletrônica. O texto aprovado prevê que "a urna imprimirá o registro de cada voto, que será depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado" e que "o processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o teor de seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica".

Nos últimos 30 anos, muitas vezes aos trancos e barrancos, tem sido possível aprimorar o Código Eleitoral. Por não ser um processo linear, é claro que, nesse período, tivemos progressos e retrocessos. Sem dúvida, ainda há muito a ser feito, mas é fundamental reconhecer que o Congresso Nacional, marcado por suas imperfeições e pelos repetidos maus exemplos de inúmeros parlamentares, vem cumprindo seu papel nesse assunto.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Brasil perdeu o bonde da economia

Com a ascensão de Donald Trump ao poder nos Estados Unidos, um rompimento explícito com a ordem econômica global estabelecida foi deflagrado. O que estamos assistindo é a uma revolução não só nos Estados Unidos, como no restante do mundo. Trump, desde a campanha de 2016, apostou em uma visão de geoeconomia soberanista, baseada na lógica do "America First". Essa linha, como não podia deixar de acontecer, rompeu com a ortodoxia liberal internacionalista dos próprios republicanos e democratas tradicionais, produzindo impactos profundos em todo o sistema então vigente.

A começar pela guerra comercial com a China, com as tarifas impostas por Trump em 2018, abrindo uma nova fase de rivalidade econômica, onde a interdependência passou a ser vista não como segurança, mas como vulnerabilidade estratégica. Esse movimento levou a uma fragmentação nas cadeias globais de suprimentos, acelerand,o a busca pelos chamados reshoring (trazer indústrias de volta ao território nacional) e nearshoring (aproximação da produção em países vizinhos, como o México).

A administração Trump provocou também uma erosão do multilateralismo, enfraquecendo, por tabela, o papel da OMC, ao bloquear indicações para seu órgão de apelação, pressionando, ainda, aliados europeus a aumentarem gastos militares sob ameaça de sanções comerciais, além de questionar abertamente as alianças como a Otan sob a ótica custo-benefício. Com essas medidas, a economia mundial deixou de ter os EUA como líder previsível do "consenso globalista" e passou a lidar com uma potência mais transacional e pragmática. Afinal, já era tempo.

O resultado foi a elaboração de uma nova lógica de alianças. Em vez de defender a universalidade do livre comércio, os EUA passaram a firmar acordos bilaterais vantajosos, como renegociações com o México e o Canadá (USMCA, substituto do Nafta), em que garantiram melhores condições para a indústria americana. Isso, obviamente, mudou a lógica do comércio internacional, estimulando outros países a pensarem em termos de blocos fechados ou pactos estratégicos seletivos.

É o mundo se reciclando. O impacto sobre a antiga ordem globalista foi e está sendo fatal. O globalismo, baseado na ideia de um mercado único e interdependente, perdeu vigor. A pandemia de covid-19 e, depois, a guerra na Ucrânia apenas reforçaram essa tendência de desconfiar das cadeias longas de suprimento e buscar autonomia estratégica. Hoje, governos em várias partes do mundo começam a aplicar as políticas protecionistas propostas por Trump, sobretudo no setor tecnológico e energético. A rearrumação da economia em escala global, segue a todo o vapor dentro agora dos princípios da geoeconomia — ou seja, abarcando não só os aspectos espaciais da economia, mas também os aspectos temporais e políticos, sempre de olho nos recursos.

O que estamos assistindo é a uma inter-relação entre economia, geografia e política. Fosse lida nas entrelinhas, a carta endereçada por Trump ao governo brasileiro já seria necessária para uma mudança de rumos no cenário nacional, evitando, ao máximo, a geração de conflitos de ordem ideológica com o governo americano. O Brasil, ao longo das últimas décadas, oscilou entre o entusiasmo globalista e a retórica ideológica. O problema é que, ao permanecer preso a narrativas antiquadas de um comunismo ultrapassado e a disputas políticas internas, perdeu capacidade de reposicionamento no cenário internacional. Com isso, as consequências não poderiam ser outras daquelas que agora vemos. A começar pela perda de protagonismo comercial: enquanto México e países do Sudeste Asiático se beneficiam do "desvio de comércio" provocado pela guerra EUA-China, o Brasil segue grudado em debates ideológicos e a uma excessiva dependência da exportação de commodities.

O próprio Brics se constitui neste momento como uma espécie de amarras para nosso país. O que se vê, logo de saída, é a dificuldade de integração a novas cadeias produtivas: a indústria brasileira não conseguiu atrair investimentos estratégicos em semicondutores, baterias, inteligência artificial e biotecnologia, setores centrais da nova geoeconomia. Também se vê apego a modelos ultrapassados: parte da elite política e intelectual insiste em discursos de luta de classes e narrativas anti-imperialistas do século 20, enquanto o mundo caminha para um realismo geoeconômico pragmático, em que países buscam soberania produtiva e alianças flexíveis.

Dessa forma, o risco de irrelevância estratégica desponta no horizonte. Sem uma política externa clara que saiba negociar com EUA, China e Europa ao mesmo tempo, o Brasil corre o risco de permanecer apenas como fornecedor de produtos primários, sem influência real nos novos arranjos globais. É o prolongamento de um subdesenvolvimento crônico, atado a políticas anacrônicas. Em vez de se adaptar a essa nova lógica de pragmatismo econômico, o Brasil ignora a oportunidade de sua inserção soberana e competitiva nessa nova ordem que parece ter vindo para ficar. É uma pena.

A frase que foi pronunciada:

"A América não tem amigos permanentes ou inimigos, apenas interesses."

Henry Kissinger

História de Brasília

A Universidade de Brasília solicitou ao Iapi e êste à Novacap para que sejam abertas fossas "provisórias" para os blocos 4 e 7 da superquadra 305. Nada mais absurdo. Ou muda tudo ou não deve haver privilégio em detrimento de outros.
(Publicada em 5/5/1962)